MOVIMENTO FEMINISTA, EXPERIÊ NCIA HISTÓRICA DAS MULHERES E EDUCAÇÃO BÁSICA: PERSPECTIVA PARA O ENSINO MÉDIO NAS RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS

Clarissy Freire Monteiro [1]
Patrícia Cristina de Aragão [2]

INTRODUÇÃO

A construção das narrativas históricas esteve, durante muito tempo, marcada pela centralidade de sujeitos vinculados aos espaços de poder, o que contribuiu para a marginalização de diferentes experiências sociais, entre elas as experiências históricas das mulheres. A ampliação dos estudos sobre as mulheres e das discussões de gênero possibilitou questionar essa perspectiva e reconhecer a participação feminina na constituição dos processos históricos. Nesse sentido, compreender a trajetória das mulheres implica também analisar as relações sociais e de poder que historicamente definiram seus lugares na sociedade, bem como os mecanismos que contribuíram para sua invisibilização na produção do conhecimento histórico e nos espaços educacionais.

A discussão sobre gênero constitui, nesse processo, uma importante ferramenta para a análise histórica. Scott (1995) compreende o gênero como uma categoria de análise que permite investigar as relações sociais construídas a partir das diferenças percebidas entre os sexos, bem como as relações de poder associadas a essas diferenças. Essa perspectiva contribui para compreender que as experiências de homens e mulheres não são determinadas exclusivamente por diferenças biológicas, mas estão relacionadas a construções históricas, sociais e culturais. Dessa maneira, analisar a experiência histórica das mulheres significa investigar também as estruturas que produziram desigualdades e estabeleceram diferentes possibilidades de participação social para os sujeitos.

Entretanto, abordar a experiência histórica das mulheres exige considerar que elas não constituem um grupo homogêneo. As relações de gênero articulam-se a outros marcadores sociais, especialmente raça e classe, produzindo experiências distintas de desigualdade e resistência. Nesse sentido, a contribuição de bell hooks é fundamental para

[1] Graduanda do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, clarissy.monteiro@aluno.uepb.edu.br
[2] Professora do curso de História da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, patriciaaragão@servidor.uepb.edu.br

a compreensão das relações entre gênero e raça. Em *E eu não sou uma mulher?*, a autora evidencia as especificidades da experiência das mulheres negras e problematiza uma perspectiva feminista que, quando construída a partir de experiências particulares, pode deixar à margem mulheres submetidas simultaneamente ao racismo e ao sexismo. A obra permite, portanto, compreender que a história das lutas feministas deve considerar a diversidade das experiências femininas e as diferentes formas de opressão que atravessaram sua trajetória

A discussão proposta por hooks também estabelece uma relação direta com o campo educacional. Em *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*, a autora defende uma concepção de educação comprometida com o pensamento crítico, com a participação dos sujeitos e com o questionamento das estruturas de dominação. A educação, nessa perspectiva, não se restringe à transmissão de conteúdos, mas pode constituir um espaço de reflexão sobre as experiências sociais e sobre as desigualdades presentes na sociedade. Essa compreensão possibilita pensar o ensino de História como um espaço de problematização das narrativas tradicionalmente construídas e de ampliação dos sujeitos reconhecidos como participantes dos processos históricos.

A partir dessa perspectiva, a abordagem do movimento feminista no Ensino Médio apresenta-se como uma possibilidade de ampliar a compreensão dos estudantes acerca das experiências históricas das mulheres e das relações de poder que atravessaram suas trajetórias. Mais do que inserir novas personagens nas narrativas escolares, trata-se de problematizar os processos que contribuíram para a invisibilização de determinados sujeitos e reconhecer as diferentes formas de participação e resistência construídas pelas mulheres ao longo da História. Quando essa discussão é articulada às relações étnico-raciais, torna-se possível evidenciar que mulheres negras e outros grupos historicamente marginalizados vivenciaram experiências específicas e enfrentaram formas particulares de desigualdade, o que amplia a compreensão sobre o próprio movimento feminista e sobre a diversidade das experiências femininas.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a importância do movimento feminista na construção da experiência histórica das mulheres e suas implicações para o Ensino Médio, especialmente no âmbito das relações étnico-raciais. Busca-se compreender de que maneira a trajetória das lutas feministas pode contribuir para a formação histórica dos estudantes, possibilitando a problematização das desigualdades de gênero e raça e o reconhecimento de sujeitos historicamente

marginalizados. A pesquisa fundamenta-se em uma análise bibliográfica e documental, considerando produções da História das Mulheres, dos estudos de gênero, das relações étnico-raciais e da educação, com destaque para as contribuições de bell hooks e Joan Scott.

A discussão desenvolvida parte da compreensão de que a inserção da experiência histórica das mulheres no ensino não deve ocorrer de maneira isolada das relações sociais que constituíram suas trajetórias. Nesse sentido, o diálogo entre a perspectiva de gênero de Joan Scott, as reflexões de bell hooks sobre as experiências das mulheres negras e sua concepção de educação crítica permite estabelecer uma articulação entre História, feminismo, relações étnico-raciais e ensino. A análise realizada aponta que, apesar dos avanços na ampliação das discussões sobre gênero e diversidade no campo educacional, ainda existem lacunas na abordagem sistemática das experiências históricas das mulheres, especialmente quando consideradas as dimensões raciais e sociais que atravessam essas experiências.

Dessa forma, compreende-se que a incorporação crítica da história do movimento feminista e das diferentes experiências das mulheres no Ensino Médio pode contribuir para a construção de um ensino de História mais abrangente e problematizador. Ao reconhecer sujeitos historicamente marginalizados e discutir as relações de poder que produziram desigualdades, o ensino pode favorecer a formação de estudantes capazes de interpretar criticamente os processos históricos e as relações sociais do presente. Assim, a abordagem das relações de gênero articuladas às relações étnico-raciais constitui uma possibilidade de fortalecer uma educação comprometida com a equidade, a diversidade e a formação cidadã.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, tendo como finalidade analisar a importância do movimento feminista para a compreensão da experiência histórica das mulheres e suas possibilidades de abordagem no Ensino Médio, especialmente no âmbito das relações étnico-raciais. A escolha dessa abordagem está relacionada à necessidade de compreender, a partir da produção historiográfica e educacional, como as experiências das mulheres foram construídas, representadas e incorporadas às discussões sobre ensino de História.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir do diálogo com produções relacionadas à História das Mulheres, aos estudos de gênero, ao feminismo, às relações étnico-raciais e à educação crítica. Entre as principais referências utilizadas encontram-se as obras de bell hooks, especialmente *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade* e *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*, além das contribuições de Joan Scott para a compreensão do gênero como categoria de análise histórica. Também são consideradas produções que permitem ampliar a discussão acerca das relações entre gênero, raça, desigualdade e educação.

No âmbito documental, são consideradas discussões e orientações presentes em documentos educacionais relacionados à Educação Básica, especialmente aqueles que orientam a formação dos estudantes e a abordagem das relações étnico-raciais no espaço escolar. A análise desses materiais busca compreender as possibilidades e os limites da inserção das experiências históricas das mulheres e das relações de gênero e raça no ensino.

O procedimento de análise consistiu na leitura, seleção e interpretação das obras e documentos, buscando identificar categorias relacionadas à experiência histórica das mulheres, movimento feminista, gênero, raça, educação crítica, desigualdade e ensino de História. A partir dessas categorias, realizou-se uma articulação entre os debates historiográficos e educacionais, procurando compreender de que maneira o conhecimento produzido sobre as mulheres e suas lutas pode contribuir para a formação histórica dos estudantes do Ensino Médio.

REFERENCIAL TEÓRICO

A ampliação dos estudos sobre as mulheres provocou importantes transformações na produção do conhecimento histórico. A partir da incorporação de novos sujeitos, experiências e problemáticas, a historiografia passou a questionar uma narrativa centrada exclusivamente nos grandes acontecimentos políticos e nos sujeitos tradicionalmente reconhecidos como protagonistas da História. Nesse processo, a História das Mulheres possibilitou investigar diferentes formas de participação feminina nos processos históricos e contribuiu para problematizar os silenciamentos produzidos pelas narrativas tradicionais.

> Em primeiro lugar, porque a proliferação de estudos de caso, na história das mulheres, parece exigir uma perspectiva sintética que possa explicar as continuidades e descontinuidades e dar conta das persistentes desigualdades, assim como de experiências sociais radicalmente diferentes.[3]

Essa transformação não significa apenas acrescentar mulheres a uma História anteriormente construída, mas questionar os próprios critérios utilizados para definir quem deveria ser considerado sujeito histórico. A experiência feminina passou a ser analisada em diferentes espaços, como o trabalho, a política, a educação, a família, os movimentos sociais e as lutas por direitos. Dessa maneira, a História das Mulheres contribuiu para ampliar as possibilidades de interpretação do passado e para reconhecer que as relações sociais são constituídas por diferentes sujeitos.

Nesse debate, a contribuição de Joan Scott é fundamental. Ao discutir o gênero como categoria de análise histórica, a autora possibilita compreender que as diferenças atribuídas a homens e mulheres são produzidas dentro de relações sociais e de poder. O gênero, portanto, não deve ser compreendido apenas como uma referência às mulheres, mas como uma dimensão das relações sociais que organiza hierarquias, identidades e formas de poder.

> Na sua maioria, as tentativas dos/as historiadores/as para teorizar o gênero permaneceram presas aos quadros de referência tradicionais das ciências sociais, utilizando formulações há muito estabelecidas e baseadas em explicações causais universais. Estas teorias tiveram, no melhor dos casos . . . um caráter limitado, porque elas têm tendência a incluir generalizações redutivas ou demasiadamente simples, que se opõem não apenas à compreensão que a história como disciplina tem sobre a complexidade do processo de causação social, mas também aos compromissos feministas com análises que levem à mudança. Um exame crítico destas teorias exporá seus limites e permitirá propor uma abordagem alternativa. [4]

A utilização do gênero como categoria de análise permite, assim, compreender que a desigualdade entre homens e mulheres não constitui uma realidade natural ou imutável. Ela é produzida historicamente e pode assumir diferentes formas de acordo com os

[3] SCOTT, 1995, p. 73-74.
[4] SCOTT, 1995, p. 74.

contextos sociais. Essa perspectiva é particularmente importante para o ensino de História, pois permite que os estudantes compreendam as relações entre sujeitos e estruturas sociais para além de explicações naturalizadas.

A análise do movimento feminista precisa considerar a diversidade existente entre as mulheres. As experiências femininas são atravessadas por diferentes condições sociais e históricas, de modo que não é possível compreender as lutas das mulheres sem considerar as relações de raça e classe. Essa questão ganha especial importância quando se trata das experiências das mulheres negras, que historicamente enfrentaram simultaneamente formas de desigualdade relacionadas ao racismo e ao sexismo.

É nesse sentido que a obra "E eu não sou uma mulher?", de Bell Hooks, apresenta uma contribuição importante para o debate. A autora questiona a construção de determinadas perspectivas feministas que não consideravam adequadamente a experiência das mulheres negras. Ao recuperar historicamente a situação dessas mulheres, Hooks demonstra que as formas de opressão não atingem todas as mulheres da mesma maneira, sendo necessário considerar as relações entre gênero e raça.

> Sempre que as mulheres negras tentaram exprimir às mulheres brancas as suas ideias sobre o racismo branco feminino, ou o seu sentido que as mulheres que estão à frente do movimento não eram mulheres oprimidas, foi-lhes dito que "a opressão não pode ser medida". A ênfase das mulheres brancas na "opressão comum" nos seus apelos para que as mulheres negras se juntassem ao movimento, alienaram mais muitas mulheres negras. Porque muitas das mulheres brancas do movimento eram patroas de mulheres não brancas e domésticas brancas, a sua retórica sobre a opressão comum era experienciada pelas mulheres negras como um assalto, uma expressão da insensibilidade das mulheres burguesas e falta de preocupação para com as mulheres de classes mais baixas da sociedade.[5]

A perspectiva apresentada por Hooks contribui para evitar uma compreensão homogênea do feminismo. As reivindicações das mulheres foram construídas em contextos históricos diversos e envolveram diferentes sujeitos. Mulheres negras participaram de processos de resistência e de luta por direitos, mas suas experiências foram marcadas por condições específicas relacionadas à racialização, à exploração e à

[5] HOOKS, 2019, p. 104.

exclusão social, assim como aponta a autora “O seu ardor em falar em público a favor dos direitos das mulheres não obstante a desaprovação pública, pavimentou a resistência de modo a que outras mulheres negras de pensamento político expressassem as suas visões.” (HOOKS, 2019, p. 115)

A articulação entre gênero e raça permite compreender, portanto, que a história do movimento feminista é marcada por diferentes experiências e disputas. Ao incorporar essas diferenças, o ensino de História pode contribuir para reconhecer a pluralidade dos sujeitos históricos e para compreender que as lutas por direitos foram construídas por mulheres que ocupavam posições sociais distintas.

A discussão sobre a experiência histórica das mulheres também precisa ser relacionada à maneira como o conhecimento é produzido e trabalhado no espaço escolar. Nesse aspecto, a contribuição de Bell Hooks em “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade” permite pensar a educação como uma prática relacionada à construção do pensamento crítico e à possibilidade de questionar estruturas de desigualdade.

Para Hooks, a sala de aula pode constituir um espaço de participação, diálogo e produção de conhecimento. Essa perspectiva desloca o ensino de uma compreensão exclusivamente baseada na transmissão de conteúdos e possibilita pensar a educação como uma prática capaz de estimular a reflexão sobre a realidade social, assim como afirma a autora “Significativamente, eu sentia que esse mentor e guia, que eu nunca vira pessoalmente, estimularia e apoiaria minha contestação às suas ideias se fosse realmente comprometido com a educação como prática da liberdade.” (HOOKS, 2013, p. 15) No ensino de História, essa concepção permite questionar quais sujeitos são apresentados nas narrativas escolares, quais experiências recebem maior destaque e quais permanecem pouco visibilizadas.

A aproximação entre a educação crítica de Hooks e a perspectiva histórica de Scott permite estabelecer um diálogo entre educação, gênero e poder. Se o gênero constitui uma categoria importante para compreender as relações sociais historicamente construídas, a educação pode constituir um espaço de problematização dessas relações. Nesse sentido, o ensino de História pode contribuir para que os estudantes não apenas conheçam diferentes experiências históricas, mas desenvolvam instrumentos para interpretá-las criticamente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica e documental realizada evidencia, inicialmente, que a incorporação das experiências históricas das mulheres ao ensino de História constitui uma possibilidade de ampliação das narrativas tradicionalmente trabalhadas na Educação Básica. A leitura das obras analisadas demonstra que a ausência ou a abordagem secundária das mulheres nas narrativas históricas não pode ser compreendida apenas como uma lacuna de conteúdos, mas também como resultado de processos históricos de construção do conhecimento e de distribuição desigual dos espaços de poder.

A contribuição de Joan Scott permite compreender que a utilização do gênero como categoria histórica possibilita deslocar a discussão de uma perspectiva centrada exclusivamente nas diferenças entre homens e mulheres para uma análise das relações de poder que produzem essas diferenças. Para o Ensino Médio, essa abordagem possibilita trabalhar conteúdos históricos considerando como determinadas sociedades estabeleceram papéis sociais, hierarquias e expectativas distintas para homens e mulheres.

Outro resultado identificado refere-se à necessidade de superar uma perspectiva homogênea da experiência feminina. A análise de *E eu não sou uma mulher?* evidencia a importância de considerar as experiências das mulheres negras na construção das discussões sobre feminismo. A perspectiva de bell hooks demonstra que gênero e raça não podem ser analisados separadamente quando se pretende compreender determinadas experiências históricas. A trajetória das mulheres negras foi atravessada por formas específicas de desigualdade, tornando necessária uma abordagem que reconheça a pluralidade das experiências femininas.

Essa questão apresenta implicações diretas para o ensino de História. Quando o movimento feminista é apresentado de forma desvinculada das relações étnico-raciais, existe o risco de construir uma narrativa limitada das lutas das mulheres. A inclusão das experiências de mulheres negras possibilita ampliar essa narrativa e demonstrar aos estudantes que as reivindicações por direitos foram construídas a partir de diferentes posições sociais e experiências históricas.

A discussão também evidencia a importância de relacionar o ensino da História das Mulheres à educação crítica. A partir de *Ensinando a transgredir*, compreende-se que a prática educativa pode favorecer o questionamento de relações de dominação e a construção de uma postura crítica diante da realidade. Nesse sentido, trabalhar o

movimento feminista no Ensino Médio pode contribuir para que os estudantes compreendam historicamente as desigualdades de gênero e raça, evitando que sejam tratadas como fenômenos naturais ou desvinculados de processos históricos.

A análise aponta ainda que o ensino das relações étnico-raciais não deve aparecer separado das demais dimensões da experiência histórica. A trajetória das mulheres negras permite estabelecer uma conexão entre gênero, raça, classe, trabalho, educação e participação política. Essa abordagem possibilita compreender que os processos históricos são constituídos pela interação de diferentes dimensões sociais e que determinados sujeitos experimentaram desigualdades de formas distintas.

Outro aspecto identificado é a importância de reconhecer as mulheres como sujeitos históricos em diferentes períodos e espaços. A participação feminina não se restringiu às reivindicações diretamente associadas ao movimento feminista. Mulheres estiveram presentes em processos políticos, culturais, educacionais, econômicos e sociais, desenvolvendo diferentes formas de atuação e resistência. A ampliação dessas experiências no ensino de História permite superar uma narrativa na qual a participação das mulheres aparece apenas em momentos específicos ou como complemento da trajetória dos sujeitos masculinos.

Nesse sentido, os resultados da análise apontam que a abordagem do movimento feminista pode contribuir para uma compreensão mais ampla dos processos históricos quando articulada à História das Mulheres, aos estudos de gênero e às relações étnico-raciais. Essa articulação permite compreender tanto as transformações relacionadas aos direitos das mulheres quanto os limites e as desigualdades presentes na própria construção das lutas feministas.

A perspectiva de bell hooks é particularmente importante nesse processo porque aproxima a discussão sobre gênero e raça da prática educacional. Ao pensar a educação como prática da liberdade, a autora possibilita compreender a sala de aula como espaço de diálogo e questionamento. Essa perspectiva pode contribuir para que o ensino de História não apenas apresente novos conteúdos, mas estimule os estudantes a questionar as formas pelas quais determinadas experiências foram historicamente valorizadas enquanto outras foram silenciadas.

Dessa forma, a análise realizada indica que existem possibilidades significativas para a inserção da experiência histórica das mulheres e do movimento feminista no Ensino Médio. Entretanto, essa inserção exige uma abordagem que não reduza o feminismo a

uma sequência de acontecimentos ou personagens. É necessário compreender as lutas feministas dentro dos contextos históricos em que foram produzidas e relacioná-las às estruturas sociais, às relações de poder e às diferenças existentes entre as experiências das mulheres.

A partir desse conjunto de discussões, compreende-se que o ensino de História pode desempenhar papel relevante na construção de uma leitura crítica das relações de gênero e étnico-raciais. A valorização das experiências históricas das mulheres amplia as possibilidades de interpretação do passado e permite aos estudantes reconhecer que a História é construída por diferentes sujeitos. Ao mesmo tempo, a inclusão das experiências das mulheres negras contribui para uma abordagem mais abrangente das relações étnico-raciais e das desigualdades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste trabalho permitiu compreender a importância do movimento feminista para a construção da experiência histórica das mulheres e suas possibilidades de abordagem no Ensino Médio, especialmente quando articuladas às relações étnico-raciais. A partir do diálogo com a História das Mulheres, os estudos de gênero e a perspectiva da educação crítica, foi possível perceber que ampliar a presença das mulheres nas narrativas históricas não significa apenas acrescentar novos sujeitos aos conteúdos escolares, mas também questionar os processos históricos que contribuíram para sua invisibilização e para a construção de diferentes formas de desigualdade.

As contribuições de Joan Scott possibilitaram compreender o gênero como uma categoria de análise histórica, permitindo problematizar as relações sociais e de poder construídas historicamente entre homens e mulheres. Ao mesmo tempo, as reflexões de bell hooks, especialmente em *E eu não sou uma mulher?*, evidenciam a necessidade de considerar as especificidades das experiências das mulheres negras, demonstrando que as relações de gênero não podem ser dissociadas das relações étnico-raciais e das desigualdades sociais.

A análise de *Ensinando a transgredir* também contribuiu para aproximar essas discussões do campo educacional, ao possibilitar pensar a educação como espaço de diálogo, reflexão e construção do pensamento crítico. Nesse sentido, o ensino de História

pode assumir papel importante na problematização das desigualdades e na construção de narrativas que reconheçam diferentes sujeitos e experiências históricas.

Os resultados apontaram que, apesar dos avanços na discussão sobre gênero, diversidade e relações étnico-raciais no campo educacional, ainda existem possibilidades de ampliar e aprofundar a abordagem das experiências históricas das mulheres no Ensino Médio. Essa abordagem precisa considerar a diversidade existente entre as mulheres, especialmente as experiências das mulheres negras, evitando uma compreensão homogênea do movimento feminista e das lutas por direitos.

Conclui-se, portanto, que a incorporação crítica da história do movimento feminista e das experiências das mulheres ao ensino de História pode contribuir para ampliar a compreensão dos estudantes acerca dos processos históricos e das relações de poder que constituem a sociedade. Ao articular gênero e relações étnico-raciais, o ensino possibilita reconhecer sujeitos historicamente marginalizados e compreender diferentes formas de participação e resistência.

Dessa maneira, o trabalho reafirma a importância de um ensino de História comprometido com a diversidade dos sujeitos históricos e com a formação crítica dos estudantes. A discussão sobre o movimento feminista, quando articulada às experiências das mulheres negras e às relações étnico-raciais, apresenta-se como uma possibilidade de contribuir para uma educação voltada à equidade, à reflexão sobre as desigualdades e à formação cidadã.

Palavras-chave: Resumo expandido; Normas científicas, Congresso, Realize, Boa sorte.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio e incentivo à formação docente por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Agradeço também à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e ao Subprojeto de História do PIBID pelas oportunidades de formação, participação e desenvolvimento de experiências no espaço escolar, que contribuíram para o aprofundamento das reflexões apresentadas neste trabalho e para minha formação acadêmica e docente.

REFERÊNCIAS

HOOKS, Bell. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Tradução de Stephanie Borges. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.